



**Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo**  
CNPJ nº 29.030.467/0001-66  
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar  
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100  
[www.br.scotiabank.com](http://www.br.scotiabank.com)



## **Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

# Sumário

<b>Relatório da Administração .....</b>	<b>3</b>
<b>Balancos Patrimoniais .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações de Resultados .....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) .....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>5</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>5</b>
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>11</b>

# Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A administração garante a capacidade financeira do Banco e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular BACEN nº 3.068.

## Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

## Diretoria Executiva

# Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>3.148.021</b>	<b>3.530.238</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.681.433</b>	<b>2.494.876</b>
Disponibilidades	168.180	4.689	Depósitos	351.561	630.378
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.398.392	840.414	Depósitos à vista	159	193
Aplicações no mercado aberto	1.202.036	699.882	Depósitos interfinanceiros	-	45.875
Aplicações em depósitos interfinanceiros	196.356	140.532	Depósitos a prazo	351.402	584.310
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	693.907	1.583.549	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	81.617
Carteira própria	338.175	598.337	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	81.617
Instrumentos financeiros derivativos	93.905	291.854	Relações interdependências	-	437
Vinculados a prestação de garantias	261.827	693.358	Recursos em trânsito de terceiros	-	437
Relações interfinanceiras	117	2.292	Obrigações por empréstimos	709.129	1.261.264
Créditos vinculados:			Empréstimos no exterior	709.129	1.261.264
Depósitos no Banco Central	4	13	Instrumentos financeiros derivativos	32.303	55.890
Correspondentes	113	2.279	Instrumentos financeiros derivativos	32.303	55.890
Operações de crédito	254.021	147.472	Outras obrigações	588.440	465.290
Operações de crédito			Carteira de câmbio	506.353	390.303
Setor privado	255.189	148.053	Sociais e estatutárias	24	1.107
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.168)	(581)	Fiscais e previdenciárias	62.980	25.627
Outros créditos	632.904	951.281	Negociação e intermediação de valores	9.048	40.293
Carteira de câmbio	672.011	897.216	Diversas	10.035	7.960
Rendas a receber	5	3	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.632.388</b>	<b>934.585</b>
Negociação e intermediação de valores	1.178	2.613	Depósitos	970.117	778.512
Diversos	30.520	76.757	Depósitos a prazo	970.117	778.512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.810)	(25.308)	Recursos de aceites e emissão de títulos	796	684
Outros valores e bens	500	541	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	796	684
Despesas antecipadas	500	541	Obrigações por empréstimos	579.328	52.818
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>686.678</b>	<b>417.829</b>	Empréstimos no exterior	579.328	52.818
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	66.101	190.732	Instrumentos financeiros derivativos	34.979	37.070
Carteira própria	3.485	33.259	Instrumentos financeiros derivativos	34.979	37.070
Instrumentos financeiros derivativos	36.350	157.473	Outras obrigações	47.168	65.501
Vinculados a prestação de garantias	26.266	-	Sociais e estatutárias	333	-
Operações de crédito	543.667	178.315	Fiscais e previdenciárias	17.879	38.735
Operações de crédito			Diversas	28.956	26.766
Setor privado	545.978	178.910	<b>Resultados de exercícios futuros</b>	-	<b>191</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.311)	(595)	Resultados de exercícios futuros	-	191
Outros créditos	76.902	48.712	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>524.357</b>	<b>521.930</b>
Diversos	76.902	48.712	Capital:		
Outros valores e bens	8	70	De domiciliados no exterior	321.121	321.121
Despesas antecipadas	8	70	Reservas de lucros	202.828	200.698
<b>Permanente</b>	<b>3.479</b>	<b>3.515</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	408	111
Investimentos	6	6			
Outros investimentos	6	6			
Imobilizado de uso	3.143	2.979			
Outras imobilizações de uso	12.894	12.176			
Depreciações acumuladas	(9.751)	(9.197)			
Intangível	330	530			
Ativos Intangíveis	998	1.121			
Amortizações acumuladas	(668)	(591)			
<b>Total do ativo</b>	<b>3.838.178</b>	<b>3.951.582</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>3.838.178</b>	<b>3.951.582</b>

# Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>130.542</b>	<b>277.220</b>	<b>111.917</b>	
Operações de crédito	24.141	75.559	47.663	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	73.908	172.880	245.740	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	32.493	27.683	(181.486)	
Resultado de operações de câmbio	-	1.098	-	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(41.770)</b>	<b>(220.538)</b>	<b>(12.638)</b>	
Operações de captação no mercado	(61.973)	(147.827)	(130.892)	
Operações de empréstimos	(5.680)	(24.906)	222.085	
Resultado de operações de câmbio	(4.178)	-	(81.414)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.061	(47.805)	(22.417)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>88.772</b>	<b>56.682</b>	<b>99.279</b>	
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(38.611)</b>	<b>(45.786)</b>	<b>(47.243)</b>	
Receitas de prestação de serviços	14.455	35.293	25.712	
Despesas de pessoal	(27.580)	(48.160)	(49.528)	
Outras despesas administrativas	(10.705)	(20.262)	(21.591)	
Despesas tributárias	(5.229)	(7.427)	(7.962)	
Outras receitas operacionais	5.770	11.868	7.746	
Outras despesas operacionais	(15.322)	(17.098)	(1.620)	
<b>Resultado operacional</b>	<b>50.161</b>	<b>10.896</b>	<b>52.036</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(7)</b>	<b>(68)</b>	<b>(4)</b>	
<b>Resultado antes da tributação e participações no lucro</b>	<b>50.154</b>	<b>10.828</b>	<b>52.032</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(26.887)</b>	<b>(8.340)</b>	<b>(24.290)</b>	
Provisão para imposto de renda	(3.502)	(13.912)	(17.675)	
Provisão para contribuição social	(1.343)	(9.653)	(14.116)	
Ativo fiscal diferido	(22.042)	15.225	7.501	
<b>Participações no lucro</b>	<b>(358)</b>	<b>(358)</b>	<b>(1.623)</b>	
<b>Lucro líquido do semestre/exercícios</b>	<b>22.909</b>	<b>2.130</b>	<b>26.119</b>	
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<b>10,31</b>	<b>0,96</b>	<b>11,76</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido (prejuízo) ajustado</b>	<b>(5.825)</b>	<b>52.512</b>	<b>52.001</b>	
<b>Lucro líquido do semestre/exercícios</b>	<b>22.909</b>	<b>2.130</b>	<b>26.119</b>	
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>(28.734)</b>	<b>50.382</b>	<b>25.882</b>	
Despesa (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	669	2.303	(377)	
Despesa (reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(30.731)	45.502	22.794	
Depreciações e amortizações	568	1.114	1.165	
Perda na baixa de imobilizado de uso	7	7	-	
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	473	1.159	2.189	
Ajuste ao valor de mercado em ativos financeiros disponíveis para venda	280	297	111	
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>180.044</b>	<b>(37.391)</b>	<b>240.409</b>	
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(707.433)	(707.433)	126.895	
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	797.358	988.595	(985.932)	
Reversão (aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	9	9	(7)	
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	(113)	2.166	(2.279)	
Redução (aumento) em relações interdependências	(1.004)	(437)	437	
Redução (aumento) em operações de crédito	7.854	(474.204)	43.953	
Redução (aumento) em outros créditos	(250.859)	244.685	(200.005)	
Redução em outros valores e bens	359	103	368	
Aumento (redução) em depósitos	(413.536)	(87.212)	945.315	
(Redução) em captações no mercado aberto	-	-	(1.000)	
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(20.876)	(81.505)	10.581	
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	252.274	(25.625)	(97.528)	
Aumento em outras obrigações	516.011	103.658	399.429	
Aumento (redução) em resultado de exercícios futuros	-	(191)	182	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>174.219</b>	<b>15.121</b>	<b>292.410</b>	
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado de uso	(363)	(1.085)	(261)	
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(363)</b>	<b>(1.085)</b>	<b>(261)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>173.856</b>	<b>14.036</b>	<b>292.149</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	685.283	845.103	552.954	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	859.139	859.139	845.103	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>173.856</b>	<b>14.036</b>	<b>292.149</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

## Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	321.121	17.642	156.937	-	-	495.700
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	111	-	111
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.119	26.119
Destinações:						
Reserva legal	-	1.306	-	-	(1.306)	-
Reservas estatutárias	-	-	24.813	-	(24.813)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>321.121</b>	<b>18.948</b>	<b>181.750</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>521.930</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	321.121	18.948	181.750	111	-	521.930
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	297	-	297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.130	2.130
Destinações:						
Reserva legal	-	106	-	-	(106)	-
Reservas estatutárias	-	-	2.024	-	(2.024)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>321.121</b>	<b>19.054</b>	<b>183.774</b>	<b>408</b>	<b>-</b>	<b>524.357</b>
Saldos em 1º de julho de 2017	321.121	18.948	181.750	128	(20.779)	501.168
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	280	-	280
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	22.909	22.909
Destinações:						
Reserva legal	-	106	-	-	(106)	-
Reservas estatutárias	-	-	2.024	-	(2.024)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>321.121</b>	<b>19.054</b>	<b>183.774</b>	<b>408</b>	<b>-</b>	<b>524.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional:** O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

**2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 23 de fevereiro de 2018. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:** **a) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado.

**b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

**c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como na negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada

acrescido do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos pela Resolução CMN nº 2.682 (nota 3 "f"). No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

**d) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A., corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

**e) Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

**g) Permanente:** Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

• **Depreciação:** calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para móveis, equipamentos, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados; e • **Amortização dos ativos intangíveis:** calculada pelo método linear, em até 10 anos. **h) Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificadas perdas por *impairment*. **i) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável. Como estabelecido pela Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social das instituições financeiras aumentou de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15%, a partir de 1º janeiro de 2019. O Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota da contribuição social à época de sua realização, estabelecida pela Lei nº 13.169/15. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19 "c"). **k) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que

independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **m) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado dos exercícios em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21). **n) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 22).

	2017	2016
<b>4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Disponibilidades	168.180	4.689
Aplicações no mercado aberto	494.603	699.882
Aplicações em depósitos interfinanceiros	196.356	140.532
<b>Total</b>	<b>859.139</b>	<b>845.103</b>

	2017		2016	
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	Total	Total
<b>5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>				
<b>Aplicações no mercado aberto</b>				
<b>Posição bancada</b>	<b>447.495</b>	<b>754.541</b>	<b>1.202.036</b>	<b>699.882</b>
LFT	244.037	-	244.037	120.683
NTN	-	-	-	579.199
LTN	203.458	754.541	957.999	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>196.356</b>	<b>-</b>	<b>196.356</b>	<b>140.532</b>
Depósitos interfinanceiros	196.356	-	196.356	140.532
<b>Total</b>	<b>643.851</b>	<b>754.541</b>	<b>1.398.392</b>	<b>840.414</b>

**6. Títulos e Valores Mobiliários:** O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

### a) Títulos para negociação

	2017					2016			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>									
LTN	58.075	38.261	85.488	1.070	-	182.894	182.133	387.632	387.268
NTN	16.888	-	21.128	46.392	36.891	121.299	120.943	52.499	51.684
<b>Subtotal</b>	<b>74.963</b>	<b>38.261</b>	<b>106.616</b>	<b>47.462</b>	<b>36.891</b>	<b>304.193</b>	<b>303.076</b>	<b>440.131</b>	<b>438.952</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>									
LTN	-	75.770	2.046	-	-	77.816	77.632	549.208	546.238
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>75.770</b>	<b>2.046</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.816</b>	<b>77.632</b>	<b>549.208</b>	<b>546.238</b>
<b>Total</b>	<b>74.963</b>	<b>114.031</b>	<b>108.662</b>	<b>47.462</b>	<b>36.891</b>	<b>382.009</b>	<b>380.708</b>	<b>989.339</b>	<b>985.190</b>

### b) Títulos disponíveis para venda

	2017			2016		
	Sem vencimento	De 1 a 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>						
LTN	-	10.824	10.824	10.783	49.975	49.982
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>10.824</b>	<b>10.824</b>	<b>10.783</b>	<b>49.975</b>	<b>49.982</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>						
LTN	-	184.011	184.011	183.310	144.150	143.940
Cotas de fundo de investimento	26.266	-	26.266	26.266	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>26.266</b>	<b>184.011</b>	<b>210.277</b>	<b>209.576</b>	<b>144.150</b>	<b>143.940</b>
<b>Total</b>	<b>26.266</b>	<b>194.835</b>	<b>221.101</b>	<b>220.359</b>	<b>194.125</b>	<b>193.922</b>

### c) Títulos mantidos até o vencimento

	2017			2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Custo atualizado/contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>					
Debêntures	6.004	17.154	3.485	26.643	141.490
<b>Total</b>	<b>6.004</b>	<b>17.154</b>	<b>3.485</b>	<b>26.643</b>	<b>141.490</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o custo atualizado/contábil de R\$ 26.643 está deduzido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 9.450 e o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento representa R\$ 36.804 (2016 - R\$ 142.458) (nota 3 "c"). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC, as debêntures na CETIP S.A. e as cotas de fundo de investimento no Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A.

**7. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
<b>Contratos futuros</b>				
<b>Posição comprada</b>	<b>4.872.015</b>	<b>(7.734)</b>	<b>4.343.747</b>	<b>(40.138)</b>
DI	311.626	150	99.587	16
DDI	3.738.774	(7.674)	3.572.404	(35.352)
Dólar	821.615	(210)	671.756	(4.802)
<b>Posição vendida</b>	<b>1.230.468</b>	<b>741</b>	<b>1.119.190</b>	<b>2.152</b>
DI	289.639	(46)	861.134	19
DDI	940.829	787	258.056	2.133

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2017		2016	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
<b>Contratos futuros</b>				
<b>Contratos swap cambial com ajuste periódico</b>				
Posição comprada	-	-	40.697	322
Dólar	-	-	40.697	322
Posição vendida	558.765	(867)	-	-
Dólar	558.765	(867)	-	-

Em 31 de dezembro de 2017, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 10 (2016 - R\$ 16), referente a comissões e corretagens a liquidar junto à B3 S.A.

	2017			2016		
	Valor de mercado		Valor de custo atualizado	Valor de mercado		Valor de custo atualizado
	Valor referencial	Valor líquido	Valor líquido	Valor referencial	Valor líquido	Valor líquido
<b>Contratos de swap</b>						
Posição ativa	4.193.054			3.520.891		
CDI	4.084.046	3.976.821	3.683.989	3.520.891	3.520.891	3.513.380
Dólar	109.008	-	-	-	-	-
Ajustes prudenciais (i)		(132)			-	
Posição passiva	(4.122.266)			(3.151.988)		
CDI	(107.225)	-	-	-	-	-
Dólar	(4.015.041)	(3.906.033)	(3.646.430)	(3.151.988)	(3.151.988)	(3.142.033)
<b>Termo de moedas</b>						
Posição ativa	597.501			509.256		
Dólar	377.018	156.564	161.960	329.995	159.158	162.114
Prefixado	220.483	-	-	179.261	-	-
Posição passiva	(605.090)			(521.792)		
Dólar	(220.454)	-	-	(170.837)	-	-
Prefixado	(384.636)	(164.153)	(165.440)	(350.955)	(171.694)	(173.679)
<b>Total do valor líquido</b>		<b>63.067</b>			<b>356.367</b>	

(i) Vide Nota 3 "d".

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui uma operação de swap cambial a termo cujo valor referencial é de R\$ 81.009 com vencimento em janeiro de 2018 e ajuste a pagar de R\$ 94.

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017				2016	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
	<b>Contratos futuros</b>	<b>1.457.364</b>	<b>1.168.527</b>	<b>472.533</b>	<b>3.004.059</b>	<b>6.102.483</b>
DI	15.992	324.593	92.209	168.471	601.265	960.721
DDI	793.004	670.687	380.324	2.835.588	4.679.603	3.830.460
Dólar	648.368	173.247	-	-	821.615	671.756
<b>Contratos swap cambial com ajuste periódico</b>	<b>198.375</b>	<b>262.551</b>	<b>97.839</b>	-	<b>558.765</b>	<b>40.697</b>
Dólar	198.375	262.551	97.839	-	558.765	40.697
<b>Contratos de swap</b>	<b>47.541</b>	<b>(19.248)</b>	<b>41.574</b>	<b>921</b>	<b>70.788</b>	<b>368.903</b>
CDI	394.519	310.194	557.405	2.714.703	3.976.821	3.520.891
Dólar	(346.978)	(329.442)	(515.831)	(2.713.782)	(3.906.033)	(3.151.988)
<b>Termo de moedas</b>	<b>(930)</b>	<b>(3.795)</b>	<b>(3.313)</b>	<b>449</b>	<b>(7.589)</b>	<b>(12.536)</b>
Dólar	(30.110)	32.956	94.034	59.684	156.564	159.158
Prefixado	29.180	(36.751)	(97.347)	(59.235)	(164.153)	(171.694)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
	Swap	143.642	233.804	1.033.542
Termo	(11.184)	(18.915)	(26.175)	
Futuro	(99.965)	(187.206)	(1.188.581)	
Opções	-	-	(272)	
<b>Total</b>	<b>32.493</b>	<b>27.683</b>	<b>(181.486)</b>	

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. e CETIP S.A.

**8. Gerenciamento de Riscos: Risco operacional:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, reduzir e reportar os riscos da organização, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto a todas as ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pelo departamento de risco operacional, facilitando a disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da diretoria executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação desses riscos. Adicionalmente ao acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional do mês em um relatório enviado aos chefes de área e às diretorias executivas do Banco e do BNS. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo sempre as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de administração e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela diretoria local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR* - *Value-at-Risk*, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de

sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN no que se refere à implementação da estrutura de risco de mercado e de liquidez (Resoluções CMN nºs 3.464 e 4.090). Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nºs 2.682, 2.844, 3.721, e outras), e da filosofia de risco da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para toda a gama de tomadores, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas pelo Banco, e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco, e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para riscos de crédito que excedam 5% do patrimônio líquido de referência do Banco. De forma sistemática, a diretoria executiva e as áreas de risco atuam ativamente no gerenciamento dos riscos de crédito, que compreende a aprovação dos limites de crédito individuais, e das respectivas políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e dos testes de estresse, testes esses que visam avaliar a resistência da carteira de crédito a cenários econômicos adversos. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital, está em linha com a política global do BNS, assim como, atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 3.988. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e elaboração de relatórios sobre o capital. A diretoria executiva está diretamente envolvida na estrutura de gerenciamento de capital e também é responsável pela revisão e aprovação das políticas internas anualmente. Adicionalmente, ocorre a atuação da diretoria no monitoramento do

nível e da adequação do capital do Banco por intermédio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

### 9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo:

	2017				Total	2016
	A vencer					
Setor privado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos		
<b>Cédula de crédito bancário (CCB)</b>	<b>13.512</b>	<b>174.332</b>	<b>35.637</b>	<b>14.141</b>	<b>237.622</b>	<b>245.753</b>
Indústria	1.197	51.761	14.751	14.141	81.850	45.548
Comércio	6.150	16.312	20.886	-	43.348	65.427
Outros serviços	6.165	106.259	-	-	112.424	134.778
<b>Nota de crédito à exportação (NCE)</b>	<b>64.425</b>	<b>843</b>	<b>496.200</b>	<b>-</b>	<b>561.468</b>	<b>73.332</b>
Indústria	3.143	843	496.200	-	500.186	-
Agrícola	-	-	-	-	-	10.944
Outros serviços	61.282	-	-	-	61.282	62.388
<b>Financiamento para importação</b>	<b>2.077</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.077</b>	<b>7.878</b>
Comércio	2.077	-	-	-	2.077	7.878
<b>Adiantamentos sobre contratos de câmbio</b>						
<b>Exportação - Letras a entregar (ACC)</b>	<b>9.548</b>	<b>94.728</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.276</b>	<b>402.124</b>
Indústria	9.548	94.728	-	-	104.276	189.026
Comércio	-	-	-	-	-	213.098
<b>Rendas a receber de ACC</b>	<b>43</b>	<b>972</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.015</b>	<b>5.088</b>
Indústria	43	972	-	-	1.015	1.381
Comércio	-	-	-	-	-	3.707
<b>Adiantamentos sobre contratos de câmbio</b>						
<b>Exportação - Letras entregues (ACE)</b>	<b>17.674</b>	<b>36.162</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.836</b>	<b>153.211</b>
Indústria	17.674	36.162	-	-	53.836	153.211
<b>Rendas a receber de ACE</b>	<b>71</b>	<b>151</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>222</b>	<b>1.439</b>
Indústria	71	151	-	-	222	1.439
<b>Variação cambial sobre ACC/ACE (i)</b>	<b>866</b>	<b>6.382</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.248</b>	<b>-</b>
Indústria	866	6.382	-	-	7.248	-
<b>Recebíveis</b>	<b>9.214</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.214</b>	<b>42.040</b>
Comércio	9.214	-	-	-	9.214	42.040
<b>Total</b>	<b>117.430</b>	<b>313.570</b>	<b>531.837</b>	<b>14.141</b>	<b>976.978</b>	<b>930.865</b>

(i) A partir de 2017, conforme instruções do BACEN, o Banco passou a calcular a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no saldo da moeda estrangeira de ACC/ACE convertido em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificadas operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

### b) Concentração do risco de crédito

	2017	2016
Principal devedor	500.186 (i)	117.928
Percentual sobre o total da carteira de crédito	51,2%	12,7%
20 maiores devedores	976.978	930.865
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

(i) Vide nota 24 "a".

### c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa			
		2017	2016	2017		2016	
				Mínima	Excedente (i)	Existente	Existente
AA	0,0%	723.108	261.004	-	-	-	-
A	0,5%	58.182	524.339	(291)	-	(291)	(2.622)
B	1,0%	61.282	27.594	(613)	-	(613)	(276)
C	3,0%	33.385	-	(1.002)	(1.669)	(2.671)	-
D	10,0%	-	117.928	-	-	-	(23.586)
G	70,0%	101.021	-	(70.714)	-	(70.714)	-
<b>Total</b>		<b>976.978</b>	<b>930.865</b>	<b>(72.620)</b>	<b>(1.669)</b>	<b>(74.289)</b>	<b>(26.484)</b>

(i) Provisão excedente aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

### d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016		2017	2016
<b>Saldos no início dos exercícios</b>	<b>(26.484)</b>	<b>(4.067)</b>	Obrigações por compra de câmbio	416.410	586.538
Constituição de provisão	(147.455)	(22.794)	Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(158.112)	(555.335)
Reversão de provisão	99.650	377	<b>Total</b>	<b>506.353</b>	<b>390.303</b>
<b>Saldos no final dos exercícios</b>	<b>(74.289)</b>	<b>(26.484)</b>			

**e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo:** O montante de créditos renegociados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 202.268 (2016 - R\$ 281.043). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

### 10. Carteira de Câmbio - Circulante

	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	423.019	532.041
Direitos sobre vendas de câmbio	247.755	359.005
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.237	6.527
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(357)
<b>Total</b>	<b>672.011</b>	<b>897.216</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Câmbio vendido a liquidar	248.055	359.100

### 11. Outros Créditos - Diversos

	2017	2016
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (nota 19 "b")	52.746	37.521
Depósitos judiciais (i)	35.812	33.957
Recebíveis	9.214	42.040
Antecipação de IRPJ e CSLL	8.466	7.999
Valores a receber de sociedades ligadas	832	3.577
Adiantamentos e antecipações salariais	297	282
Impostos e contribuições a compensar	52	93
Outros	3	-
<b>Total</b>	<b>107.422</b>	<b>125.469</b>
Ativo circulante	30.520	76.757
Realizável a longo prazo	76.902	48.712

(i) Vide nota 17 "d".

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### 12. Depósitos

	2017				2016	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	159	-	-	-	159	193
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	45.875
Depósitos a prazo	-	1.811	349.591	970.117	1.321.519	1.362.822
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>1.811</b>	<b>349.591</b>	<b>970.117</b>	<b>1.321.678</b>	<b>1.408.890</b>

Em 31 de dezembro de 2017 a taxa média das captações dos depósitos é 6,89% ao ano.

**13. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares:** Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui obrigação por emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 796 (2016 - R\$ 82.301) com vencimento até fevereiro de 2019 e taxa de captação de 16,2% ao ano.

**14. Obrigações por Empréstimos:** As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.288.457 (2016 - R\$ 1.314.082) estão representados, basicamente, por aplicações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até dezembro de 2019. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 1,64% a 2,70% ao ano.

	2017	2016
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 19 "b")	52.190	46.482
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	18.100	8.439
Impostos e contribuições a recolher	10.569	9.441
<b>Total</b>	<b>80.859</b>	<b>64.362</b>

Passivo circulante	62.980	25.627
Exigível a longo prazo	17.879	38.735

	2017	2016
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas (nota 17 "d")	25.672	21.895
Salários, gratificações e encargos sociais	12.268	11.662
Contas a pagar - despesas administrativas	688	761
Provisão de fundo garantidor de créditos	334	349
Outras (i)	29	59
<b>Total</b>	<b>38.991</b>	<b>34.726</b>

Passivo circulante	10.035	7.960
Exigível a longo prazo	28.956	26.766

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o Banco registrou uma provisão associada ao risco de crédito no montante de R\$ 7 (2016 - zero), sobre o saldo de R\$ 1.741 (2016 - R\$ 3.783) relativo a créditos abertos para importação. A avaliação para

constituição de provisões é efetuada utilizando os critérios definidos na nota 3 "f".

**17. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** a) **Contingências ativas:** O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. b) **Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3 "f". O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 16), no exigível a longo prazo. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 29.911 (2016 - R\$ 32.453). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 12.481 (2016 - R\$ 11.834), decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.087 (2016 - R\$ 4.915) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 4.829 (2016 - R\$ 4.501), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. c) **Obrigações legais:** A provisão para contingência do processo principal no montante de R\$ 17.775 (2016 - R\$ 16.953), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 770 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

### d) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2016					Saldo em 31/12/2017			Depósitos judiciais (i)	
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização				2017	2016	
Trabalhistas	-	(80)	(71)	62	836	-	-	276	327	
Contingências fiscais	-	-	-	-	-	-	-	12.637	11.955	
Obrigações legais	20.970	1.493	-	2.373	24.836	-	-	22.899	21.675	
<b>Total</b>	<b>21.895</b>	<b>1.493</b>	<b>(80)</b>	<b>(71)</b>	<b>2.435</b>	<b>25.672</b>	<b>35.812</b>	<b>33.957</b>		

(i) Vide nota 11.

**18. Patrimônio Líquido:** O capital social, totalmente integralizado, está representado por 2.221.627.157 (2016 - 2.221.627.157) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração deliberará em Assembleia Geral, a cada exercício, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

### 19. Imposto de Renda e Contribuição Social:

#### a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	10.470	10.470	50.409	50.409
Adições (exclusões) temporárias	46.182	46.182	(27.161)	(27.161)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(12.259)	(12.259)	(50.278)	(50.278)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.805	47.805	22.417	22.417
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	8.739	8.739	739	739
Outras	1.897	1.897	(39)	(39)
Adições (exclusões) permanentes	4.455	(1.744)	4.355	4.356
<b>Base tributável</b>	<b>61.107</b>	<b>54.908</b>	<b>27.603</b>	<b>27.604</b>
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(18.332)	(16.473)	(8.281)	(8.282)
<b>Base tributável após a compensação</b>	<b>42.775</b>	<b>38.435</b>	<b>19.322</b>	<b>19.322</b>
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
<b>Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais</b>	<b>(10.670)</b>	<b>(7.687)</b>	<b>(4.807)</b>	<b>(3.863)</b>
Incentivos fiscais	257	-	233	-
<b>Total IRPJ e CSLL - valores correntes</b>	<b>(10.413)</b>	<b>(7.687)</b>	<b>(4.574)</b>	<b>(3.863)</b>
Crédito tributário	10.461	4.764	4.240	3.261
Passivo fiscal diferido	(3.499)	(1.966)	(13.101)	(10.253)
<b>Total</b>	<b>(3.451)</b>	<b>(4.889)</b>	<b>(13.435)</b>	<b>(10.855)</b>

#### b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 31/12/2017
<b>Créditos tributários</b>	<b>37.521</b>	<b>26.356</b>	<b>(11.131)</b>	<b>52.746</b>
<b>Refletido no resultado</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.457	-	(7.877)	4.580
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	8.758	1.555	(47)	10.266
Provisões indedutíveis	4.087	1.648	(1.920)	3.815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.891	18.956	(1.034)	29.813
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	328	4.137	(253)	4.212
Provisão para ajustes prudenciais	-	60	-	60
<b>Total</b>	<b>37.521</b>	<b>26.356</b>	<b>(11.131)</b>	<b>52.746</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo em 31/12/2017
<b>Refletido no resultado</b>	<b>(46.391)</b>	<b>(25.025)</b>	<b>19.560</b>	<b>(51.856)</b>
Marcação a mercado de derivativos	(38.335)	(23.800)	17.801	(44.334)
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(1.759)	(530)	1.759	(530)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6.297)	(695)	-	(6.992)
<b>Refletido no patrimônio líquido</b>	<b>(91)</b>	<b>(334)</b>	<b>91</b>	<b>(334)</b>
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(91)	(334)	91	(334)
<b>Total</b>	<b>(46.482)</b>	<b>(25.359)</b>	<b>19.651</b>	<b>(52.190)</b>

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º Ano	7.075	4.580	11.655
2º Ano	1.610	-	1.610
3º Ano	6.277	-	6.277
4º Ano	5.858	-	5.858
5º Ano	17.080	-	17.080
6º ao 10º Ano	10.266	-	10.266
<b>Total</b>	<b>48.166</b>	<b>4.580</b>	<b>52.746</b>
<b>Valor Presente (i)</b>	<b>33.608</b>	<b>4.286</b>	<b>37.894</b>

(i) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada. Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

20. **Partes Relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. a) **Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Disponibilidades</b>	<b>113</b>	<b>465</b>	<b>10.189</b>	<b>42.637</b>
BNS	113	465	10.189	42.637
<b>Carteira de câmbio - posição ativa</b>	<b>-</b>	<b>13.221</b>	<b>(429)</b>	<b>(248)</b>
BNS	-	13.221	(429)	(248)
<b>Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços</b>	<b>832</b>	<b>3.577</b>	<b>34.936</b>	<b>24.496</b>
BNS	698	3.577	29.804	20.696
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	3.414	2.204
Scotiabank Inverlat (México)	134	-	1.718	1.596
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(742)</b>	<b>(675)</b>	<b>(67)</b>	<b>(75)</b>
Scotia Participações e Serviços	(742)	(675)	(67)	(75)
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>(1.286.380)</b>	<b>(1.306.205)</b>	<b>(22.853)</b>	<b>221.261</b>
BNS	(1.286.380)	(1.306.205)	(22.853)	221.261
<b>Carteira de câmbio - posição passiva</b>	<b>-</b>	<b>(13.178)</b>	<b>(142)</b>	<b>305</b>
BNS	-	(13.178)	(142)	305
<b>Coobrigações e riscos em garantias prestadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Scotiabank Uruguai	-	-	-	2

b) **Remuneração da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 8.466 (2016 - R\$ 7.876), sendo formadas por R\$ 6.442 (2016 - R\$ 6.299), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 2.024 (2016 - R\$ 1.577), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. 21.

**Pagamento baseado em ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. a) **Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 824 (2016 - R\$ 826) e a quantidade total de ações é de 6.214 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,209 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 436 (2016 - R\$ 801). b) **Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.889 (2016 - R\$ 3.397) e a quantidade total de ações é de 26.714 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,209 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.603 (2016 - R\$ 1.740). c) **Plano de Desempenho Diferido (DPP - Deferred Performance Plan):** No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do

BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.631 (2016 - R\$ 2.466) e a quantidade de ações é de 13.397 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,196 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.799 (2016 - R\$ 1.787).

22. **Benefícios a empregado pós-emprego:** Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 765 (2016 - R\$ 848). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23. **Índice de Basileia e Limites Operacionais:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma individual, com base nas diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o índice de Basileia do Banco era de 23,68% e 19,66%, respectivamente, o Patrimônio de Referência de R\$ 520.438 (2016 - R\$ 514.188) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 203.253 (2016 - R\$ 258.273). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes exercícios.

24. **Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas - Circular BACEN nº 3.233:** Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Operações de crédito</b>				
NCE (nota 9 "a")	500.186	-	38.824	-
<b>Obrigações por empréstimos</b>				
Empréstimos no exterior (nota 14) (500.095)	-	-	(38.733)	-
<b>Resultado líquido</b>			<b>91</b>	<b>-</b>

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844.

b) **Outras receitas/despesas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2017, outras receitas operacionais referem-se substancialmente a rendas de outros créditos com característica de concessão de crédito, rendas com atualização de

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

impostos e depósitos judiciais, recuperação de despesas com partes relacionadas e reversão de provisões operacionais. Outras despesas operacionais referem-se substancialmente a provisão para perdas com riscos de crédito, variação cambial negativa de outros créditos com característica de concessão de crédito e provisão passiva de contingências fiscais.

**25. Evento subsequente:** Em 01 de fevereiro de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social no montante de R\$ 474.915. Em 19 de fevereiro de 2018, o Banco obteve aprovação pelo Banco Central do Brasil para esta alteração.

A Diretoria

Contador: André Luis Pereira Jório - CRC 1SP 158279/O-2

# Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos acionistas do

**Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2018.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Giuseppe Masi**  
Contador CRC 1SP176273/O-7



**Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo**  
CNPJ nº 29.030.467/0001-66  
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar  
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100  
[www.br.scotiabank.com](http://www.br.scotiabank.com)